

# **FORMAS DE PRETÉRITOS PERFEITO E IMPERFEITO DO INDICATIVO NO PLANO TEXTUAL-DISCURSIVO**

**Angela C.S.Rodrigues**  
USP – Brasil

**Paulo de Tarso Galembeck**  
UNESP – Araraquara – Brasil

1. Em estudo de 1993, o Grupo de Trabalho de Morfologia Flexional do PROJETO DE GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS FALADO, do qual participamos, fez observações a respeito das propriedades temporais das formas de pretéritos perfeito e imperfeito do indicativo. Dissemos, então, que o pretérito perfeito funciona como "âncora temporal" para o pretérito imperfeito: o tempo dêitico, o tempo do falante/ouvinte, no caso o pretérito perfeito, funciona como um antecedente para uma anáfora temporal no texto, isto é, liga todas as formas marcadas pelo tempo anafórico, no caso o pretérito imperfeito. Por isso, há que se pensar no MR (Momento de Referência) como uma noção que deve ser lavada em conta no plano do texto, o que se mostra evidente para a explicitação das formas de pretérito imperfeito: elas estabelecem relações nítidas intra-enunciado, enquanto a relação enunciado / enunciação se torna mais clara nas formas de pretérito perfeito. Pode-se falar, então, no valor coesivo do tempo verbal.

Tal constatação motivou-nos a levar em conta os traços discursivo-pragmáticos das categorias implicadas nas formas verbais de pretérito perfeito e imperfeito no plano textual, ou seja, o funcionamento textual-discursivo destas formas verbais, em termos de sua continuidade no texto como um todo (TRAVAGLIA, 1991:96).

Constituiu objeto de análise neste trabalho o conjunto de formas verbais colhidas em 30 minutos de cada um dos 3 inquéritos de São Paulo (EF 405, DID 234 e D2 360) e Rio de Janeiro (EF 379, DID 328 e D2 355).

Trechos como o que segue constituíram ponto de partida para nossas reflexões.

- (1) Inf. tenho a impressão que ali **levou** tanto tempo de ensaio... bom eu quando: **tinha** uns dezoito quinze a dezoito anos eu **estudei** balê... e **tive** oportunidade de trabalhar fazer uma cena com o: balê russo...eu **era** alu/aluna de Maria Ulineva... então para mim era uma noviDAde né? teatro porque só estudando estudando estudando quando **chegou** o balê russo aqui em São Paulo eles **pediram** que as alunas do do do da Prefeitura que **éramos** nós...aquele grupo TOdo fosse fazer cena num num num dos números que eles apresentam **era** *Pássaro de Fogo* me parece ... eu **achei** aquilo horroroso viu? me **chocou** tremendamente porque ... éh por detrás dos bastidores é Uma coisa horrível né? ...é tudo tão:...parece tão tão mascarado sei lá e quando aparece em cena o público vê uma coisa totalmente bonita né?... aquelas luzes...quer dizer aquilo me **chocou** **era** tão criança eu me lembro que eu... já **achava**... diferente o Municipal **era** lindo maraviLHOso visto do lado de cá né?

(DID, SP, Inq.234:254-270)

Em (1), a informante relata sua experiência de aluna de balé quando da ida de uma companhia de balé russa a São Paulo: os fatos que constituem o núcleo de sua narrativa (**estudei**, **chegou** o balê, **pediram** para as alunas, **achei**, aquilo me **chocou**) estão expressos em pretérito perfeito e as circunstâncias secundárias que constituem pano de fundo para os acontecimentos passados (**tinha** dezoito anos, **era** aluna, **era** uma maravilha, **éramos** nós, **era** tão criança, já **achava**, **era** lindo) em pretérito imperfeito. Seus comentários a respeito do espetáculo, ou dos bastidores do evento, ou seja, avaliação por ela elaborada no momento da enunciação (MF) aparece representada por formas verbais no presente do indicativo (**é** um acoisa horrível, **é** tudo tão mascarado, **aparece** em cena, o público **vê**, eu me **lembro**).

O uso das formas de pretérito perfeito e imperfeito por parte dos informantes em seqüências narrativas dos inquéritos analisados como a

exemplificada sugerem a possibilidade de interpretá-las numa perspectiva textual-discursiva, pois, no texto sob análise, são narrados eventos passados com relação ao momento da enunciação (MF), tidos como efetivamente ocorridos, ordenados uns com relação aos outros num eixo cronológico. O protagonista dos eventos é o próprio informante, que compõe uma narrativa na primeira pessoa, e termo de origem da ordenação é o momento, ou o intervalo, que contém um desses fatos, explicitado em *quando tinha dezoito anos*.

Podemos dizer, então, que as formas verbais sob análise constituem recursos lingüísticos resultantes de escolha no plano discursivo, pois resultam da intenção comunicativa do falante que assume o papel de narrador de eventos. Elas se materializam em textos e, por isso, podem ser vistas em correlação com certos tipos de textos, no caso do texto em pauta, o texto narrativo. Pretendemos, então, estabelecer tal correlação, buscando responder à seguinte questão: em que tipo de texto são usadas as formas de pretéritos perfeito e imperfeito.

2. Um primeiro problema que se nos apresentou foi o da adoção de uma tipologia textual. Adotamos a de TRAVAGLIA, que, em suas próprias palavras "permite ver com mais clareza a relação estreita que há entre o modo de enunciação, o tipo de texto e os recursos lingüísticos empregados..."(TRAVAGLIA,1991:48). Ele propõe quatro tipos de texto: descrição, dissertação, injunção e narração, e esclarece que:

"*Em relação ao referente*, (grifo nosso) ao objeto do dizer, ao assunto, para cada um dos tipos tem-se um modo de enunciação" (...) dado pela perspectiva em que o enunciador / locutor se coloca:

- a) na descrição, enunciador na perspectiva do espaço em seu conhecer;
- b) na narração, enunciador na perspectiva do tempo;
- c) na dissertação, enunciador na perspectiva do conhecer, abstraindo-se do tempo e do espaço;
- d) na injunção, enunciador na perspectiva do fazer posterior ao tempo da enunciação.

Cada um desses modos de enunciação estabelece um *objetivo de enunciação* (grifo nosso), uma *atitude* do enunciador em relação ao objeto do dizer:

- a) na descrição, o que se quer é caracterizar, dizer como é;
- b) na narração, o que se quer é contar, dizer os fatos, os acontecimentos;

c) na dissertação, busca-se o refletir, o explicar, o avaliar, o conceituar, expor idéias para dar a conhecer, para fazer saber, associando-se à análise e à síntese de representações;

d) na injunção, diz-se a ação requerida, desejada; diz-se o que e / ou como fazer; incita-se à realização de uma situação." (TRAVAGLIA,1991:49-50).

Impõem-se alguns esclarecimentos a respeito dos critérios de codificação adotados.

2.1. A adoção de uma perspectiva textual-discursiva na análise das formas de pretéritos perfeito e imperfeito do indicativo fundamenta-se no fato de os textos e/ou partes de textos terem sido considerados uma entidade funcional, que cumpre funções claras e precisas em cada situação específica de comunicação.

2.2. As formas verbais sob análise realizam-se no plano da frase. Por isso, levamos em conta a proposta de LABOV e VALETZKY para o estudo das narrativas, que, considerando os critérios formal e funcional, partem de uma entidade lingüística formalmente caracterizada – a oração, ancorando-se, assim, em um conceito gramatical, o que lhes garante uma certa objetividade de análise. Trata-se, justamente, da **oração narrativa**, unidade fundamental da narrativa. LABOV e VALETZKY identificam a "unidade narrativa básica como a oração que recaptula a experiência na mesma ordem dos eventos originais." Nem todo tipo de oração é relevante em relação a esse aspecto, como acontece às subordinadas. Por isso, são consideradas unidades narrativas básicas apenas as orações sintaticamente independentes (CASTRO, 1980:15-16). Entretanto, tendo em vista os objetivos deste trabalho, consideramos: a) todas as formas de pretérito perfeito e de imperfeito, independentemente do estatuto sintático da oração em que se inserem; b) isolamos, então, não só as orações narrativas, mas também as orações descritivas e dissertativas.

2.3. De imediato se evidenciou a simplicidade estrutural das descrições e dissertações: de fato, elas correspondem a uma oração ou conjunto de orações que sugerem características de alguma coisa em observação ou conjunto de idéias a respeito do que está sendo observado. Observe-se a seqüência de orações descritivas na EF,SP,Inq.405.

(2) eles **viviam** basicamente da coleta (l.67-68)

(3) **eram** caçadores (l.68)

(4) e **viviam** da coleta (l.68-69)

(5) isto é **levavam** um tipo de vida nômade (l.69)

Ou o conjunto de orações dissertativas na EF,RJ,Inq.379.

(6) as incursões **foram** quaisquer tipos de quê? (l.95-96)

(7) não uma guerra de ocupação como **foi** a primeira (l.101-102)

(8) então a Segunda Grande Guerra **foi** basicamente (l.109)

Os textos narrativos se contrapõem nitidamente às descrições e dissertações, dada a complexidade de sua estrutura. Ainda que eles não constituam narrativas em que se distinguem todas as unidades que, segundo LABOV e VALETZKY, integrariam uma narrativa completa e bem formada, algumas seções por eles sugeridas podem ser detectadas nos textos narrativos analisados, como é o caso do exemplo (1).

Podemos falar na existência de um conjunto de orações narrativas que cumprem a função referencial de expressar uma seqüência de eventos na mesma ordem em que eles se deram (**estudei** lá, **chegou** o balê russo, **pediram** para as alunas): essas orações constituem a *complicação*, parte fundamental do discurso narrativo. Na tabela 1, correspondem às ocorrências rotuladas de *narrativa*. Por outro lado, a informante fornece ao documentador algumas informações a respeito do momento, do lugar, das circunstâncias relativas aos fatos narrados. Trata-se da *orientação*, que também cumpre uma função referencial, mas não constitui seção obrigatória do discurso narrativo. Por fim, a informante narradora faz uma apreciação sobre o momento por ela vivenciado na juventude no Teatro Municipal de São Paulo (eu **achei** aquilo horroroso, me **chocou** tremendamente). Trata-se da seção rotulada de *avaliação* que, estruturalmente, marca a separação entre a *complicação* e o *resultado* ou *resolução*, seção que não se concretiza na narrativa em apreço. Também o *resumo*, outro componente estrutural da narrativa, não aparece no exemplo considerado. Ao detectarmos as unidades ou seções maiores que compõem o texto/discurso narrativo, pudemos estabelecer correlação entre formas verbais de pretéritos perfeito e imperfeito e componentes estruturais maiores da narrativa, ainda que nenhuma delas tenha apresentado todas as seções sugeridas por LABOV e VALETZKY, ou seja: 1.sumário ou resumo; 2.orientação; 3.complicação; 4.avaliação; 5.resolução ou resultado; 6.coda. Tal correlação será explicitada no decorrer da análise dos dados.

2.4. Uma última observação a respeito de problemas de classificação das formas verbais em função de uma tipologia textual pode ser exemplificada pela seqüência de orações abaixo retiradas da EF,RJ, Inq.379:

- (9) no início do século XX ou melhor no século XIX só **existiam** a Europa e a Ásia (l.38- 39)
- (10) já **passavam** por passados (l.41)
- (11) o que não **acontecia** com América e com África (l.42)
- (12) então o Japão (...) ele **contava** como força fundamental (l.44-46)
- (13) a escassez dos recursos dentro da área **era** suprida por quê? (l.49)

As formas verbais que compõem trechos como estes, normalmente de pretérito imperfeito, foram consideradas parte da orientação de um texto narrativo. Na verdade, estes trechos constituem uma grande descrição (comum na orientação das narrações) da situação do Japão que permitiu o desenvolvimento industrial; o processo deste desenvolvimento seria narrado na complicação e na resolução, que, todavia, se reduzem no texto a trecho curto em que aparecem poucos verbos. Considerem-se as orações abaixo.

- (14) quer dizer a tecnologia baseada no artesanal tá? que **foi** uma tecnologia aprendida (l.91-92)
- (15) (indústria pesada) a que **fez** com que o Japão pudesse ser uma potência industrial (l.122-123)
- (16) se realmente a guerra **foi** perdida (l.125)
- (17) as condições (...) **fizeram** com que fosse perdida a guerra (l.126-127)
- (18) se o Japão **conseguiu** tudo isso (l.134)
- (19) e **chegou** à Segunda Grande Guerra (l.134-135)
- (20) como o Japão **conseguiu** sobreviver a uma segunda guerra (l.159-160)
- (21) onde toda sua todo seu material bélico **foi** arrasado (l.160)

Estes verbos não chegam a constituir uma história e temos, então, a *narração não história*, que pode ser usada para dissertar, o que se espera numa EF que é uma aula de economia sobre o Japão.

Trata-se de narrativas curtas que estão inseridas na dissertação; faz-se alusão a fatos passados como forma de justificar ou embasar os assuntos tratados. Outras pequenas narrativas, constituídas por um, dois ou três verbos, quase sempre estão no mesmo caso. Então, o que se observa é um intercâmbio de tipos.

Por outro lado, alguns verbos como os que aparecem em:

- (22) as incursões (...) **foram** quaisquer tipos de quê? (l.95-96)
- (23) não uma guerra de ocupação como **foi** a primeira (l.101-102)
- (24) então a Segunda Grande Guerra **foi** basicamente uma guerra de aplicação de mercados (l.109-110)
- (25) **foi** uma guerra geral né? (l.128)
- (26) o milagre japonês **foi** realmente um milagre sabe? (l.168-169)
- (27) então **foi** um tipo de (l.184)0

foram classificados como verbos de dissertação, pois constituem uma avaliação acerca da narrativa do desenvolvimento industrial do Japão. Essa avaliação não corresponde a uma história, mas a um comentário (dissertação), que, em realidade, representa uma forma híbrida de modalidade discursiva. Este tipo de recurso é muito comum quando se quer fazer dissertação no passado.

3. De posse dessas informações, buscamos verificar em que medida cada uma das formas de pretéritos perfeito e imperfeito que se realizam no plano da frase corresponderiam a um modo de enunciação, a uma atitude comunicativa do enunciador em relação ao objeto do dizer consubstanciados em diferentes tipos de textos ou partes (componentes estruturais) de textos. Foram consideradas as seguintes categorias: narrativa, resumo, descrição, dissertação, orientação, avaliação. Na TABELA 1 estão os resultados obtidos.

Os resultados da TABELA 1 convalidam a hipótese de WEINRICH (1968) confirmada em trabalhos sobre o verbo no português do Brasil (CASTRO,1980; TRAVAGLIA,1991). Segundo esta hipótese, observam-se determinadas afinidades entre certos tempos verbais e certas situações comunicativas. As formas de pretéritos perfeito e imperfeito são escolhidas de maneira decisiva quando os falantes narram eventos, ou seja, nas situações comunicativas em que o mundo

TABELA 1  
 RELAÇÃO ENTRE PERFEITO / IMPERFEITO E TIPO/PARTE DE TEXTO

TIPO DE TEXTO	PERFEITO	IMPERFEITO	TOTAIS
Narrativa	90% = 402/445	10% = 43/445	<b>65,44% = 445/680</b>
Resumo	100% = 6/6	-x-	<b>0,88% = 6/680</b>
Descrição	10% = 5/52	90% = 47/52	<b>7,64% = 52/680</b>
Dissertação	48% = 11/23	52% = 12/23	<b>4,70% = 23/680</b>
Orientação	3% = 4/117	97% = 113/117	<b>17,20% = 117/680</b>
Avaliação	86% = 32/27	14% = 5/37	<b>5,44% = 37/680</b>
<b>Total</b>	<b>68% = 460/680</b>	<b>32% = 220/680</b>	<b>680</b>

é relatado. Mais que isso, as formas sob análise referem-se a eventos passados com relação ao Momento da Enunciação (ME) e são, portanto, formas típicas das narrativas de eventos passados. Os dados confirmam a correlação entre tipo de texto e formas que exprimem a categoria verbal tempo: de 680 ocorrências, 605 aparecem em textos / partes de textos narrativos, correspondendo a 89% do total de dados sob análise.

Por outro lado, os resultados confirmam a validade da hipótese da correlação entre formas de pretéritos perfeito e imperfeito e componentes estruturais maiores da narrativa (Cf. 2., obs. 3.).

No resumo ou sumário, o total das ocorrências corresponde a formas de pretérito perfeito. CASTRO assim justifica a escolha destas formas: "É conveniente lembrar que o resumo é a seção da narrativa que sintetiza a experiência passada que constitui o objeto do discurso narrativo. O perfeito, prestando-se a expressar um fato singular, ocorrido e consumado num certo momento ou num período definido do passado, revela-se totalmente adequado a esta seção narrativa, constituindo-se na verdade, em sua forma verbal típica" (CASTRO, 1980:59).

Como se esperava, na orientação o imperfeito é predominante, correspondendo a 97% dos casos, ou 113 ocorrências num total de 117. E, em virtude de seu valor aspectual de continuidade, duração de um processo verbal no passado, o pretérito imperfeito se presta "à descrição de personagens ou de objetos, de situações comportamentais, de



locais e do quadro temporal relativo aos eventos passados focalizados na narrativa, já que esses elementos implicam um aspecto mais ou menos durativo" (CASTRO, 1980:61). Ou seja, a orientação é essencialmente descritiva, o que explica o uso do pretérito imperfeito.

A complicação, por outro lado, tem, no discurso narrativo, a função de expressar a seqüência dos eventos na mesma ordem em que eles se deram, sendo, portanto, seção narrativa fundamental. Como não poderia deixar de ser, o pretérito perfeito predomina de uma maneira significativa, correspondendo a 90% da ocorrências. Estas formas expressam eventos passados, não habituais, consumados, de ocorrência precisa (ou assim percebidos pelo falante) num certo momento ou num período definido do passado. Os 10% de casos de imperfeito aparecem em narrativas que podem ser rotuladas de hipotéticas ou irrealis, como se observa em:

- (28) Inf.1 (...) eles **chegavam** pra você (...) e lhe **davam** um dinheiro... um sinal e **pagava** às vezes uma: chamada... (...) ele **passava** a incorporação e **saía** vendendo cotas do terreno (...) quer dizer ele simplesmente **tinha** a opção de venda (...) e **vendia** e daqui a pouco ele **sumia** com o dinheiro... e eu **ficava** sem o dinheiro (D2,RJ,Inq.355:643-662)

A substituição das formas de pretérito imperfeito por formas de pretérito perfeito transformaria em real a narrativa hipotética, na medida em que a nova narrativa corresponderia a uma sucessão ordenada de eventos passados a coincidir com uma experiência relatada.

Na avaliação das narrativas / partes de narrativas passadas sob análise predominam formas de pretérito perfeito, correspondendo a 86% das ocorrências. Tal resultado não coincide com os de CASTRO, que "mostrou ser justamente a variedade dos tempos verbais que caracteriza a avaliação"(CASTRO,1980:77).

Confirmam-se, até aqui, duas hipóteses do presente estudo:

1a. existem determinadas afinidades entre certos tempos verbais e certas situações comunicativas;

2a. existe correlação entre formas de pretéritos perfeito e imperfeito e componentes estruturais maiores da narrativa.

4. Observamos em (1) que os eventos que constituem o núcleo da narrativa (complicação) são representados por formas de pretérito per-

feito, que sinalizam fatos passados com relação ao MF, tidos como efetivamente ocorridos, acabados, cronologicamente ordenados uns em relação aos outros; as formas de pretérito imperfeito compõem o pano de fundo para os acontecimentos relatados. Por isso, HOPPER (Cf. HOPPER, 1979, 1982; HOPPER e THOMPSON, 1980) sugere que o seqüenciamento (perfectivo passado) / não seqüenciamento (imperfectivo) de acontecimentos seria o valor discursivo básico do aspecto, em algum sentido universal, do qual seriam derivados e gramaticalizados outros valores: o aspecto se apresenta, portanto, como uma categoria motivada discursivamente, ou explicada no plano do discurso, na medida em que suas marcas formais constituem instrumento lingüístico de que dispõe o falante para indicação dos eventos que constituem o 1o. plano da narrativa ou eventos seqüenciados, e o 2o. plano ou eventos não seqüenciados.

Cabem algumas observações sobre a proposta de HOPPER. Ele afirma que em qualquer situação de fala, algumas partes do que é dito são mais relevantes do que outras. A parte do discurso que não contribui imediata e decisivamente para os objetivos do falante, mas que meramente os amplifica ou comenta, corresponde ao fundo ou 2o. plano (background); em contraposição, o material correspondente aos pontos principais do discurso é chamado de figura ou 1o. plano (foreground) (HOPPER e THOMPSON, 1980:280). Tal contraste parece estar ligado à relevância temática (TRAVAGLIA, 1991:103). Estudos têm mostrado que é na narrativa que se evidencia com clareza tal distinção, ou melhor, que ela constitui característica universal do discurso narrativo. O primeiro plano é caracterizado por apresentar orações que denotam eventos discretos, dinâmicos e ativos; essas orações formam a linha principal da narração. O 2o. plano, por sua vez, é o material de suporte, cuja função primordial é ampliar, especificar ou comentar os eventos narrados no 1o. plano.

As formas de pretérito perfeito exprimem eventos que não podem ser suprimidos, já que fazem parte de uma seqüência cronológica. As formas de imperfeito trazem informações adicionais e, assim, podem ser suprimidas, pois não pertencem ao fio principal da narrativa. Por tudo isso, buscamos correlacionar as formas verbais sob análise e os dois planos do discurso narrativo. Foram descartadas, obviamente, os dados correspondentes às orações dissertativas e descritivas.

TABELA 2  
 RELAÇÃO ENTRE PERFEITO / IMPERFEITO E PLANOS NARRATIVOS

PLANO NARRATIVO	PERFEITO	IMPERFEITO	TOTAIS
1o PLANO	99% = 443/446	1% = 3/446	73,71% = 446/605
2o PLANO	1% = 1/159	99% = 158/159	26,28% = 159/605
TOTAIS	73% = 444/605	27% = 161/605	605

Os resultados confirmam o previsto: o 1o. plano é dado por formas de perfectivo (99%) e o 2o. plano é dado por formas de imperfectivo (99%). Portanto, no plano discursivo, a função primordial da categoria aspecto é isolar os eventos e ações que constituem o 1o. plano narrativo dos comentários e observações que formam o 2o. plano narrativo.

O mesmo autor (HOPPER, 1979:216) enumera uma série de características da perfectividade e da imperfectividade, enquanto elementos que caracterizam cada um dos planos narrativos. Nesta comunicação limitamo-nos a dar notícia do estudo de duas das características sugeridas por HOPPER no material do NURC/Brasil.

4.1 Em termos de HOPPER, a diferença entre as sentenças de 1o. e 2o. planos está relacionada com o fenômeno da seqüencialidade. Os eventos de 1o. plano se sucedem uns aos outros na mesma ordem em que acontecem no mundo real, isto é, numa *ordem icônica*; ao contrário, os eventos de 2o. plano não estão em seqüência com relação aos eventos do 1o. plano, mas acontecem no mesmo momento. As formas de perfeito tendem a formar uma série que indica os fatos ou eventos que se sucedem e compõem o núcleo da narrativa; se se inverte a ordem das orações narrativas sem que o ouvinte seja alertado sobre tal inversão, os eventos passam a ser interpretados como ocorridos na nova ordem. Já o imperfeito, exprime a simultaneidade ou sobreposição cronológica da situação C com o evento A e/ou B. Além disso, os eventos de 2o. plano podem estar localizados em qualquer ponto, ou mesmo em nenhum ponto, do eixo temporal.

Assim, codificamos as ocorrências levando em conta o papel do perfeito e do imperfeito na seqüenciação de fatos e eventos. O resultado do cálculo de freqüência das formas segundo este critério está na TABELA 3.

TABELA 3  
 RELAÇÃO ENTRE PERFEITO / IMPERFEITO E SEQUENCIAÇÃO /  
 NÃO SEQUENCIAÇÃO DE EVENTOS

	PERFEITO	IMPERFEITO	TOTAIS
Sequenciação Cronológica	99% = 443/446	1% = 3/446	73,71% = 446/605
Simultaneidade	1% = 1/159	99% = 158/159	26,28% = 159/605
<b>TOTAIS</b>	<b>73% = 444/605</b>	<b>27% = 161/605</b>	<b>605</b>

Os resultados obtidos, que, aliás, coincidem com os da TABELA 2, confirmam que a sequenciação cronológica é indicada por formas de perfectivo (99%), enquanto o não sequenciamento, ou simultaneidade, é dado por formas de imperfeito (99%).

4.2 Podemos afirmar que a distinção entre 1o. e 2o. planos se evidencia com clareza no texto narrativo. O 1o. plano apresenta orações que formam o fio principal da narração; o 2o. plano, por sua vez, é o material de suporte, cuja função primordial é ampliar, especificar ou comentar os eventos narrados no 1o. plano. Na narração propriamente dita, o autor declara a ocorrência de eventos; o comentário, entretanto, não constitui a apresentação de eventos na seqüência cronológica da história, mas corresponde a observações que são contingentes e dependem da cronologia dos fatos. Pode-se falar, então, em maior ou menor grau de proximidade da realidade por parte dos fatos de 1o. e 2o. planos, de maior ou menor grau de *assertiveness*, em termos de HOPPER (1979:216).

Podemos dizer que o perfectivo relaciona-se com a expressão do real, de eventos que de fato aconteceram ou como tal são considerados. O imperfeito exprime preferencialmente valores genericamente relacionados com a irrealidade: opinião, desejo, intenção, suposição. Veja-se o exemplo a seguir.

- (36) L1 ... ter sido escolhida uma procuradora para dirigir A procuradora geral que é um ... um cargo assim de muito:::relevo não?  
 L2 ahn  
 L1 na::administração... **causou** uma certa:: um certo ciúme sabe?... e ela **teve** dificuldade no início mas parece-me que agora é porque ela **queria** SOZINHA... fazer tudo... sabe?

(D2, SP, Inq.360:757-64)

Os verbos no perfeito (**causou e teve**) relacionam-se com fatos reais (ou tidos como tais), enquanto o imperfeito do verbo modalizador (**queria**) exprime claramente algo que pode realizar-se ou não (opinião, suposição).

Para TRAVAGLIA (1991:115), os valores realidade / irrealidade, importantes para o funcionamento textual-discursivo do verbo em português, estão relacionados com "fatos de uso do verbo devidos ao que chamamos de valores discursivos básicos." Estes, por sua vez, "estão ligados à relação do falante com o que diz, a imagem que ele faz do assunto, do tópico ou da imagem que quer fazer acreditar que tem desse assunto ou tópico."

Em síntese, formas de perfectivo exprimem fatos, eventos reais, ou com grande probabilidade de sê-lo, enquanto formas de imperfectivo sugerem fatos que se aproximam mais do irreal. Assim, buscamos correlacionar as formas verbais de perfeito e imperfeito com as noções de realidade e irrealidade, inclusive aquelas das orações descritivas e dissertativas. Os resultados obtidos estão na TABELA 4.

TABELA 4  
RELAÇÃO PERFEITO / IMPERFEITO E REALIDADE / IRREALIDADE

REALIDADE/IRREAL	PERFEITO	IMPERFEITO	TOTAIS
Realidade	71% = 460/650	29% = 190/650	96% = 650/677
Irrealidade	0% = 0/27	100% = 27/27	4% = 27/677
<b>TOTAIS</b>	<b>68% = 460/684</b>	<b>32% = 217/677</b>	<b>677</b>

Constata-se de imediato que, para expressão da realidade tanto formas de perfectivo como formas de imperfectivo são utilizadas, com nítida vantagem para as de perfectivo (71% ou 460 em 650 casos). Foram consideradas portadoras da noção de realidade formas de imperfeito como as que aparecem nos segmentos abaixo, ainda que se possa falar em "graus de realidade" diversos a envolver os eventos representados pelas formas sob análise. Os segmentos abaixo exemplificam a questão.

- (37) L<sub>1</sub> eu **trabalhava** no serviço social do Estado... (...) mas:...**trabalhava** al/no:: albergue noturno...(...) mas::...**fazia** o atendimento do pessoal...**encaminha::va...e::...**

(D2, SP, Inq. 360:426-438)

(38) Inf. (...) porque antigamente no tempo que eu **estudava** o o estudante quase não **ligava** para isso(...) que antigamente no meu no tempo que eu **estudava** não se... não se **via** isso...

(DID, SP, Inq.234:484-90)

(39) Inf. (...) **havia** três ou quatro citações que **faziam** referência exatamente a isso que estilo **mudava**... com... a mudança...de vida...

(EF,SP,Inq.405:105-7)

Para expressão da noção de irrealidade apenas formas de imperfectivo foram escolhidas pelos interlocutores do NURC/Brasil (100% dos 27 casos). Já nos referimos em 2. às narrativas que podem ser rotuladas de hipotéticas ou irrealis, como a dos exemplos (28) e (40) que segue.

(40) L<sub>1</sub> (...) naquela época logo após guerra de quarenta e cinco (...) você **comprava** um apartamento à vezes **entrava** numa chamada incorporação em que o cidadão que **estava** incorporando ele não **era** o dono do terreno ainda

(D2, RJ, Inq.355:631-35)

Estas observações nos levam a concluir que o pretérito imperfecto do indicativo pode ser usado para apresentar a situação como irreal, donde um valor modal, (além do temporal e do aspectual) que se explicita no plano textual-discursivo (Cf. CAMPOS e RODRIGUES, 1993).

5. À guisa de conclusão, podemos afirmar que o uso dessas formas verbais flexionadas sugeriu a possibilidade de interpretá-las numa perspectiva textual-discursiva. Tal interpretação levou-nos a confirmar que, em português, as formas de pretérito perfeito e imperfecto compõem um paradigma especializado para expressão da distinção aspectual perfectividade / imperfectividade, distinção que se efetiva no plano textual, na medida em que o seqüenciamento (perfectividade – 1o. plano) e o não-seqüenciamento (imperfectividade – 2o. plano) de acontecimentos constituem o valor discursivo básico, em algum sentido universal, do aspecto, que se apresenta, portanto, como uma categoria motivada discursivamente.

Podemos dizer, generalizando, que o português possui um paradigma verbal (Tempo, Aspecto e Modo) especializado para expressão da distinção aspectual perfectividade/imperfectividade, pois, na narração, o seqüenciamento cronológico é feito por verbos que têm marcas formais indicadoras do aspecto perfectivo, correspondendo ao esqueleto do texto, sua estrutura básica; o não seqüenciamento é dado por verbos com marcas formais de aspecto imperfectivo, correspondendo a porções textuais, que, de fato não narram fatos, mas constituem seu suporte.

A análise quantitativa dos dados correspondentes às formas verbais sob análise realizadas no plano da frase mas interpretadas, repetimos, no plano textual-discursivo, evidenciou a procedência da hipótese de se associar à noção de perfectividade os valores: 1.1o. plano; 2.seqüenciação de eventos; 3.fatos reais ou com grande probabilidade de sê-lo. Por outro lado, é possível estabelecer correlação entre a noção de imperfectividade e: 1.2o.plano; 2.simultaneidade de eventos; 3.fatos irrealis ou com grande probabilidade de sê-lo.

## Referências

- CAMPOS, O.G.L.A.S., RODRIGUES, A.C.S. et alii, *A flexão modo-temporal no português culto do Brasil: formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo*, Araraquara, 1993, mimeo.
- CASTRO, V.S. *Os tempos verbais na narrativa oral*, Campinas, IEL, 1980. Dissertação de Mestrado (mimeo).
- HOPPER, P.J. Aspect and Foregrounding in Discourse In GIVÓN, T. (ed.) *Syntax and Semantics*, vol.12, Discourse and Syntax:213-241 New York, Academic Press, 1979.
- HOPPER, P.J. and THOMPSON, S.A. Transitivity in Grammar and Discourse *Language* vol:56.no2 (1980):251-299.
- LABOV, W. e WALETZKY, J. "Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: JELM, J. (ed.) *Essays on the verbal and visual acts* Seattle, Univ. of Washington Press, 1967, p.12-44.
- TRAVAGLIA, L.C. Um estudo textual-discursivo do verbo no português do Brasil. Campinas, IEL, 1991. Tese de Doutorado (mimeo).